



ECOS DE UMA VIAGEM A SÃO LUÍS DO MARANHÃO E ADJACÊNCIAS

Duílio BATTISTONI FILHO

Recentemente tivemos a oportunidade de visitar o Maranhão, e principalmente sua encantadora capital, São Luís. Conta-se que os franceses, em 1612, com uma esquadra de três navios e 500 marujos, chefiados por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière se apossaram da região. A ausência portuguesa adveio das várias tentativas frustradas de seus donatários (1535, 1554 e 1573) e do fracasso de outras expedições por terra (1591, 1603 e 1607).

Entretanto, mais tarde, forças portuguesas, chefiadas por Jerônimo de Albuquerque, expulsaram os franceses do Maranhão, mas conservaram o nome que eles haviam dado à povoação fundada – nome que se conserva até hoje, São Luís – como homenagem ao rei Luís XIII.

Portugal julgou, então, que bastava nomear um governador colonial para afastar os invasores. Julgou mal. Em 1641 os holandeses tomaram São Luís, prenderam o governador Bento Maciel Parente, e só foram expulsos em 1645 por Muniz Barreiros. Somente a partir daí o Maranhão passou a ser colonizado de verdade. Interessante assinalar que as enormes distâncias com o Sul dificultavam todo e qualquer tipo de comunicação, enquanto que as comunicações entre o Norte e Portugal eram mais intensas. Isso leva a Metrópole portuguesa a desmembrar do Brasil toda a região do Ceará ao Amazonas, que passou a constituir o “Estado do Maranhão”, totalmente independente do Brasil. Acredita-se que, no período de 1621 a 1774, o Norte deixou de ser brasileiro. Com o tempo, tornou-se o Pará mais importante que o próprio Maranhão, por ser

a “entrada” para o vale do Amazonas, e a capital do Estado do Maranhão transferida para a cidade de Belém. O Estado passou então a chamar-se “do Maranhão e Grão-Pará”.

Tendo uma história muito rica, o Maranhão foi palco das missões jesuíticas, no século XVII, com a obra do Padre Antônio Vieira. No princípio de sua vida colonial, o Maranhão não se destacou no cenário econômico mundial. Também não se restringiu a uma produção de subsistência. Em seu trabalho “A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão”, Manuel Nunes Dias levantou o rol dos produtos das fazendas dos jesuítas, por ocasião de sua expulsão. A quantidade e variedade de produtos demonstram a existência, na colônia, de uma economia viva e diversificada. No reinado de D. José I, por proposta do Marquês de Pombal, em 1755, a Coroa investiu no Estado, ajudando a formar a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, alavanca propulsora do crescimento econômico, auxiliado pelas mudanças de conjunturas internacionais, tais como os conflitos pela independência americana, as prolongadas guerras napoleônicas, as revoltas de escravos antilhanos, a desorganização da América espanhola em luta contra o colonialismo espanhol e, sobretudo, pela importação britânica do algodão, demandado pelas fábricas têxteis surgidas com a Revolução Industrial.

Em 1774, durante a era pombalina, o Estado do Maranhão foi extinto e, conseqüentemente reintegrado ao Brasil. Com a Independência vão ser criadas as províncias do Ceará, do Grão-Pará e Maranhão. Com a implantação da República, esta última seria dividida resultando na criação dos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão. Convém observar também que depois da Independência, o Maranhão explodiu duas vezes contra os privilégios mantidos pelos portugueses e as injustiças sociais: na Setembrada (1831) e na Balaiada (1841). Com a abolição da escravatura, a economia do Estado declinou e teve início a luta política das oligarquias locais.

No Maranhão, pode-se dizer que “três naturezas” diferentes se encontram: o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste. Além dos rios, cerrados e dunas, o estado tem a segunda maior costa do Brasil, 640 km, marcada por ilhas, baías, reentrâncias, igarapés e dunas, manguezais e

estuários. Como resultado, aparecem diversos tipos de embarcações, herança de colonizadores e índios como igarité, biana, canoa costeira e bote.

Terra das palmeiras de Gonçalves Dias, das casas de pensão de Aluizio de Azevedo, do teatro de Arthur de Azevedo, do poema sujo de Ferreira Gullar, dos romances de Josué Montello e até dos marimbondos de fogo de José Sarney, o Maranhão cobre-se de dunas nos Lençóis, adormece nas vielas de Alcântara, faz-se misterioso nas inscrições rupestres de Carolina e brilha nos azulejos dos casarões de São Luís.

Situada no litoral ocidental da ilha de São Luís, no chamado “Golfão Maranhense”, a capital obedece a um plano em quadrículas. Apesar de se constatar casas de pau-a-pique, chão de terra e cobertura de palha – a apicuns – essas habitações contrastam com os sobrados e solares antigos, com dois ou três andares. A capital maranhense é uma das cidades brasileiras que melhor soube conservar o acervo arquitetônico herdado dos séculos passados. Com uma população beirando o um milhão, pudemos constatar numerosos elementos de interesse histórico e turístico. A cidade é tão bela que o romancista, político e jornalista Dunshee de Abranches costumava dizer, com sua experiência de homem viajado, que para ele só interessava São Luís ou Paris. Tão bela capital é considerada pelos seus habitantes “a mais portuguesa do Brasil”.

Fazendo uma peregrinação por seu centro histórico, avaliamos a grande quantidade de ruas estreitas de paralelepípedos, como a Rua Portugal, a mais antiga via comercial, com seus prédios coloniais inteiramente restaurados. É enorme a quantidade de becos, escadarias de pedra, casarões coloniais revestidos com azulejos seculares ou sacadas e balcões rendilhados em ferro batido. Os prédios que exibem um desenho formado por quatro azulejos de 13 cm por 13 cm, são construções portuguesas. Os que apresentam um desenho formado de um azulejo de 11 cm por 11 cm, são franceses.

Foi justamente pelo fato da cidade compor o mais homogêneo conjunto arquitetônico colonial da América Latina (preservado no tempo pelo processo de estagnação econômica, iniciado no final do século XIX)

que a Unesco conferiu a São Luís, em 1997, o título de Patrimônio da Humanidade.

Na estrada do Anil ou no secular caminho do Cutim ficava a morada dos nobres da terra. Era a estância de veraneio, onde se agitavam os penachos dos fidalgos e os véus das mais ilustres damas da época. A cadeirinha de arruar, as redes das varandas conduziam venerandas matronas e requintadas senhoritas. Hoje o Anil é um apreciável centro industrial onde se destaca a fábrica que produz o melhor pano branco fino de algodão do Brasil, o morim.

As edificações de São Luís colonial, genuinamente portuguesas, foram conservadas e multiplicadas na época imperial e republicana, não obstante os períodos de bonança e influência francesa. Os sobradões¹ com seus mirantes, sobrados, sobradinhos, moradas inteiras, meias moradas, portas e janelas, revestidas ou não de azulejos, com suas sacadas a ferro, beirais e outros elementos complementares nos fazem lembrar o centro de Lisboa.

Os sobrados se destacam pela sua imponência. Entre eles, avulta o de Pontes Visgueiro, local de não boas recordações, pois foi o cenário de crimes horrendos. As crônicas da época relatam que a baronesa de Grajaú matou um negrinho e um nobre matou e esquartejou sua amante.

Os Museus são um capítulo a parte. São ricos e majestosos, destacando-se, em primeiro lugar, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, construção de estilo colonial. Possui acervo com reconstituição fiel dos ambientes no interior das residências maranhenses do século XIX. A Casa do Maranhão reúne vestimentas, esculturas, matracas, zabumbas e instrumentos de sopro relacionados à maior manifestação da cultura popular maranhense – o Bumba-meu-boi. Outro interessante centro cultural

⁽¹⁾ Chamam-se sobradões os prédios com mais de dois andares, com no mínimo duas janelas de cada lado da porta central: sobradinhos possuem duas janelas laterais ou de um lado da porta de entrada: morada inteira tem duas ou mais janelas laterais à porta principal; meia morada tem somente duas janelas na fachada e porta e janela, como o nome expressa, só conta com uma porta de entrada e janela.

é o Solar dos Vasconcelos, casarão que abriga oficinas artesanais, embarcações, carpintaria e cerâmica.

O edifício mais importante de São Luís é o Palácio dos Leões, construção erguida no marco inicial da cidade (Forte Saint Louis). De posição estratégica, de frente para o mar, o prédio tem fachada em estilo neoclássico, ornamentado por leões de bronze importados da Escócia em meados do século XIX. Durante décadas foi sede do Governo do Estado e atualmente está em reforma para funcionar como um centro de cultura. Galerias subterrâneas foram descobertas ao acaso durante as obras de restauração de ruas e casarões coloniais. Há quem diga que elas ligariam esse Palácio à Catedral da Sé. Outros garantem que serviram de refúgio contra invasores. Nos novecentos metros já desobstruídos, constatou-se que são sustentadas por arcos e que suas paredes laterais foram construídas com argamassa de azeite de mamona. O teto é arqueado em forma de abóbada e revestido de lajotas de cerâmica vitrificada. A descoberta das galerias causou polêmica. Uma coisa é certa: elas são escuras e malcheirosas. Ao lado do Palácio dos Leões está o Palácio La Ravardière, onde, atualmente funciona a Prefeitura Municipal.

A Catedral da Sé se destaca pelo seu frontispício neoclássico. Construída pelos jesuítas em 1690, virou Matriz em 1762. Seu altar-mor é de impressionante beleza, com uma bela imagem de Nossa Senhora da Vitória – protetora dos portugueses que expulsaram os franceses na Batalha de Guaxenduba. O templo foi reformado em 1922.

Outro edifício imponente e que nos chama a atenção é o Convento e Igreja do Carmo, de 1627. Serviu de fortaleza aos portugueses na luta contra os holandeses. Administrado pelos Capuchinhos, o convento já foi sede do Liceu Maranhense, da Biblioteca Pública e da Polícia Provincial.

Visitamos o Teatro Arthur Azevedo, de estilo clássico italiano, fundado em 1817 e minuciosamente restaurado em 1993. Interessante o histórico desse teatro. Sua construção partiu de dois prósperos comerciantes portugueses do ciclo do algodão. Tiveram que lutar diante das dificuldades criadas pelos padres Carmelitas da época, quando a

Igreja Católica era ainda mais forte que nos dias atuais. A planta original do teatro, considerada profana pela Igreja, previa sua fachada voltada para o Largo do Carmo, ficando assim ao lado da Igreja do Carmo, fato inconcebível para o clero. Como a Igreja e o Imperador mediam poder e prestígio, ponto para os Carmelitas: o teatro foi construído na acanhada Rua do Sol. Recebendo diversas denominações, como Teatro União (como homenagem à união entre Brasil e Portugal) e São Luís, somente na segunda década do século XX passou a ser chamado Arthur Azevedo (1855-1908) como homenagem ao ilustre teatrólogo maranhense. Sua capacidade é para 752 pessoas.

Quase tão rico quanto a história oficial de São Luís é o imaginário popular, com várias lendas que passam de geração em geração. A lenda da Carruagem de Ana Jansen, por exemplo, conta que Ana Jansen, poderosa mulher que comandou a vida econômica e política do Maranhão na primeira metade do século XIX, maltratava seus escravos com requintes da mais alta crueldade – bem como mandava matar quem se atrevesse a desafiar sua autoridade. Anos após o seu falecimento, dizem, começou a se ouvir pelas ruas o ranger horripilante das velhas ferragens de uma carruagem puxada por cavalos decapitados. Seria a carruagem de Ana Jansen. Os poucos transeuntes da madrugada fugiam aterrorizados sob pena de receber de Nhã Jansen – como era chamada pelo povo – uma vela acesa que amanhecia transformada em osso de defunto. Pode-se imaginar o medo que essa história provocava antigamente, quando era comum as ruas ficarem totalmente às escuras.

São Luís tem coisas pitorescas. Os becos têm denominações peculiares, como por exemplo, o Beco da Bosta, em alusão aos escravos que, transportando para o mar, os excrementos humanos, deixavam cair ao longo do caminho; Beco do Quebra Bunda, onde as damas, por descuido, muitas vezes, escorregavam e caíam sentadas. Outro detalhe curioso de sua história é que, em 1778, mandou-se de presente para D. Maria I, rainha de Portugal, uma autêntica onça maranhense. Não se sabe se a rainha recebeu tal presente. É costume em São Luís seus habitantes ter o hábito de mexericar, jocosamente chamando de “sopro de bom humor”.

A gastronomia de São Luís é composta de pratos que satisfazem aos mais exigentes paladares, sem ser sofisticados. Dentre os pratos mais exóticos, se destaca o Arroz de Cuxá, herdado dos africanos. Consiste em arroz com folha de vinagreira (também conhecida como azedinha ou quiabo azedo), filé de peixe e camarão seco. Já faz mais de cem anos que o Arroz de Cuxá, o cartão de visita da cozinha local, virou verbete no dicionário de vocábulos brasileiros do francês Beaurepaire Rohan.

A partir de São Luís, pela rampa Campos Mello, na Praia Grande, pegamos o barco e, uma hora e vinte minutos depois chegamos a Alcântara – na baía de São Marcos – cidade colonial, de 5000 pessoas, onde o tempo parou. Contudo, a região é composta de 22 povoados.

Diz a história que o nome primitivo de Alcântara é Tapuitapera, aldeia dos índios tupinambás durante o breve período de colonização francesa. As primeiras referências a essa aldeia encontram-se nas cartas e livros dos capuchinhos franceses Ives d'Evreux e Claude d'Abbeville.

Tapuitapera foi arraial onde se instituiu presídio militar em 1617, e, mais tarde, freguesia e vila em 1648. Com a câmara instalada, tomou o nome de Santo Antônio de Alcântara, capital da província de Cumã e depois reincorporada à capitania do Maranhão. Depois do domínio holandês, em 1645, é que se cumpriu a carta de confirmação de doação do território de Cumã outorgado por Felipe XIII e que a Câmara de São Luís do Maranhão impediu que continuasse como capitania. Explorada pelos portugueses foi elevada à categoria de sede da província do Grão Pará e Maranhão com o status de cidade.

A título de curiosidade, o nome Alcântara provém da terra natal de Santo Antônio, a tradicional cidade de Alcântara, nas imediações de Lisboa. Assim chamada pelos árabes por motivo da ponte (Al + câmara, a ponte) construída pelos romanos sobre o Tejo.

Alcântara alcançou nos séculos XVII, XVIII e primeira metade do XIX uma enorme importância econômica, com grande produção de algodão e cereais com vasta mão-de-obra africana. Chegou mesmo a superar São Luís e Belém do Pará. Tudo isso podemos atestar, nos seus

belos sobrados coloniais com sacadas de ferro, paredes de cal e pedra, mirantes e azulejos portugueses. Tal opulência e suntuosidade são ainda visíveis nas ruínas dos casarões dos tempos da Colônia e Império.

Com a queda do comércio externo em 1865, teve princípio a decadência que culminou com a Abolição e a República. Como conseqüência, a Casa da Câmara e Cadeia é transformada em Penitenciária do Estado.

Percorrendo suas ruas, vielas e becos encontramos pedras em cada canto, paredes incompletas, escadarias interrompidas, torres de igrejas, muitas delas sem teto, remetem-nos ao passado. É o caso da Igreja de São Matias, de 1648, na praça principal e sobre a qual desabou um raio, em noite de temporal. Da nave ampla, nada mais resta. Só ficaram a frontaria e o campanário retangular. Em frente à fachada de pedra nua, o pelourinho com as armas de Portugal, construído nessa mesma data e restaurado em 1948, depois de ficar 50 anos soterrado.

Observamos, em vários locais, fragmentos rochosos, anjos esculpidos, torrões e arcos, insígnias e símbolos gravados na pedra, marcas de um sonho tornado possível por homens e mulheres que tinham esperança em alguma coisa. Uma ruína que muito nos emocionou foi a antiga residência de Antônio Manuel Beckman, o herói maranhense que liderou comerciantes, militares e religiosos contra o Estanco, monopólio do comércio português. É chamado de “Tiradentes do Nordeste”, pois foi preso e enforcado como o mineiro. A fim de homenageá-lo, a Câmara de São Luís, construiu em 1910, uma pirâmide de base quadrangular, na Avenida Beira-Mar, na capital.

A população de Alcântara estava ansiosa para receber a visita do imperador D. Pedro II. Mas por causa de divergências políticas entre os políticos locais dos Partidos Liberal e Conservador, em virtude da construção da casa mais bonita para receber o monarca, o imperador cancelou a visita. A Casa do Imperador, hoje, são duas, em ruínas.

O que resta de Alcântara? Somente ruínas? É claro que encontramos becos que revelam a nostalgia de outros tempos. Por exemplo, o Beco da Amargura, próxima do antigo porto. Tem esse nome devido ao

fato de ser o caminho percorrido pelos filhos dos grandes senhores para estudar em Coimbra, Portugal, causando profunda tristeza dos pais.

Mas nem tudo são ruínas. Encontramos belos sobrados como o de Clóvis Beviláqua, célebre jurista, o da família Souzândrade, o do Barão de Matias, para citar alguns.

O Museu de Alcântara é digno de ser visitado. Tem um acervo composto de arte sacra, santos ocios, mobiliário do Império, prataria, porcelanas e fotos antigas da cidade. Deve-se ressaltar que todo o conjunto arquitetônico da cidade, em 1948, foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Atualmente a população se dedica a atividades agrícolas, principalmente as culturas da banana, arroz e mandioca, além das atividades da pesca.

As ruínas de Alcântara representam muito para nós. São o resto de um projeto grandioso, um plano, um sonho, que um dia foi realidade.² Nem mesmo a construção da mais sofisticada base aeroespacial da América Latina, em 1982, a sete quilômetros de seu centro histórico, perturba sua serenidade.

⁽²⁾ O romance de Josué Montello, *Noite sobre Alcântara*, exhibe não apenas os quadros da decadência social como a agonia inexorável de seus habitantes.

